

Oximórons do Império: as buscas da perfeição ao serviço da nação¹

Patrícia Ferraz de Matos²

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

patricia_matos@ics.ul.pt

Nas primeiras décadas do século XX em Portugal tanto a ciência como o poder estatal pretendiam contribuir para o progresso da nação. Assistiu-se então à procura de afirmação da superioridade biológica e racial dos portugueses. Era necessário afastar os “incapazes” ou mais “fracos”, pois esses constituíam uma ameaça. Uma das formas de garantir a “pureza racial” era através da eugenia, influente nos EUA e na Europa. Tal projecto de “purificação” procurava garantir o poder e a soberania dos portugueses e alguns cientistas fundamentaram os perigos da mestiçagem daqueles com as populações autóctones dos territórios ultramarinos. Com este estudo pretendemos contribuir para uma melhor compreensão das sociedades contemporâneas e para uma reflexão sobre a história das ideias e do colonialismo português.

Palavras-chave: raça, eugenia, miscigenação, império, nação.

1. Teoria da selecção natural e origens do pensamento eugénico

Num contexto pré-darwiniano, as espécies eram consideradas imutáveis e os membros de cada uma delas eram detentores de uma essência que os diferenciava de todas as outras. Associadas a esta lógica, surgiram noções como “pureza da raça” e, neste sentido, a miscigenação seria nefasta, pois contaminaria a “essência” que se julgava existir e se devia preservar. Posteriormente, inspirado nas teorias populacionais do pastor protestante Thomas Malthus³ (1766-1834), Darwin (1809-1882) definiu o processo de “selecção natural” das espécies. Segundo ele, as espécies não eram

¹ Comunicação apresentada no painel intitulado “Raça, Eugenia, Nação e Império”, coordenado por mim e por José Manuel Sobral, e no qual participaram também José Manuel Sobral, Ricardo Roque, Gonçalo Duro dos Santos, Clara Carvalho e Leonor Pires Martins. Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Agradeço aos colegas que fizeram parte deste painel e aos que participaram no debate final, pelo seu incentivo e pelo espaço de reflexão que ali foi possível criar.

² Doutoranda em Antropologia Social e Cultural do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

imutáveis e evoluíam gradualmente; a selecção natural actuava no sentido da preservação das diferenças e variações favoráveis e da eliminação das variações nocivas (Darwin 1968 [1859]: 84), ou seja, os seres mais bem adaptados viviam durante mais tempo e deixavam uma maior descendência. Não fazia sentido, portanto, falar na existência de “tipos” raciais permanentes, uma vez que as populações se adaptavam/ evoluíam ao longo do tempo.

Ainda durante o século XIX, e paralelamente ao evolucionismo, emergiu a eugenia, uma prática que procurava alcançar a melhoria das qualidades físicas e morais de gerações futuras, principalmente pelo controle social dos matrimónios. O termo eugenia (*eu* - boa, *genus* - geração) foi criado em 1883 pelo britânico Francis Galton (1822-1911), primo direito de Darwin. Em 1869, na obra *Hereditary genius*, Galton procura provar, através de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era influenciada pela hereditariedade e não pelo meio e sugere as proibições dos casamentos inter-raciais, tendo em vista um aperfeiçoamento das populações e a eliminação de características indesejáveis. Inspira-se no darwinismo para elaborar em 1883, na obra *Inquires into Human Faculty and its development*, a teoria eugénica de “aperfeiçoamento da raça humana”. No entanto, segundo o próprio, o processo darwiniano de selecção natural já não operava sob as condições de uma vida “civilizada” e, por isso, era necessário intervir activamente no desenvolvimento do homem. Galton⁴ inspirou-se ainda nas descobertas de Gregor Mendel⁵ (1822-1884), um monge checo, conhecido como o fundador da genética. Ao transferir o resultado das descobertas de Mendel acerca do cruzamento de ervilhas para os humanos, Galton considerou necessário procurar manter as “raças” puras.

A eugenia veio a suscitar o interesse de cientistas, médicos, especialistas legais e higienistas mentais. Por outro lado, levantaram-se questões relativas à miscigenação, pois esta permitiria obter combinações incontroláveis. Alguns teóricos defenderam que

³ Segundo Malthus, autor do *Ensaio sobre o Princípio da População* (1798), a população cresce em proporção geométrica (1, 2, 4, 8, 16...), enquanto a produção de bens alimentares cresce em proporção aritmética (1, 2, 3, 4,...), podendo tal conduzir a uma catástrofe. Malthus não defendia a ajuda aos mais necessitados, pois tal não permitia a actuação da selecção natural que eliminava os mais fracos.

⁴ Em 1907 foi presidente da Sociedade para a Educação Eugénica, a primeira do género, criada na Inglaterra, tendo-lhe sucedido no cargo Leonard Darwin - filho de Charles Darwin.

⁵ Mendel cruzou pés de ervilhas e identificou algumas características: quando as ervilhas de casca enrugada eram cruzadas com as ervilhas de casca lisa, o resultado tendia a ser ervilhas de casca enrugada, pois esse gene era dominante. Alguns eugenistas interpretaram estas experiências de um modo que reconhecia as ervilhas de casca enrugada como uma degeneração (e não como uma variação genética apenas), pondo assim em causa a reprodução daquela espécie.

as “raças” inferiores ficariam favorecidas, mas as superiores sairiam desfavorecidas, tendo como resultado a sua degenerescência. Para impedi-la promoveu-se a segregação de alguns grupos, o isolamento dos “inferiores” e até a sua exterminação.

2. Teorias nacionalistas e influência do pensamento eugénico em Portugal

No contexto português de finais do século XIX, uma grande parte dos autores da geração de 1870 debruçou-se sobre a constatação do atraso português de então comparado com os feitos heróicos nacionais que ocorreram nos séculos XV e XVI, por um lado, e com os avanços técnicos, económicos e políticos das nações mais progressivas da Europa, por outro. Nesta altura, a ideia de “nação” estava no centro das preocupações dos intelectuais (Mattoso 1998). Alguns autores vão então procurar encontrar uma matriz rácica para explicar a decadência de finais do século XIX (Sobral 2004: 259). Porém, a palavra “raça” tinha ainda, como observou José Manuel Sobral, “o sentido unitário – mas polissémico e ambíguo – de nação” (*idem*, p. 279).

Teófilo Braga (1843-1924), por exemplo, tomou a literatura como “expressão ou produto do meio social” e do “génio nacional” para, a partir dela, deduzir os caracteres de “uma raça fundadora” portuguesa (Matos 1998: 324). Na obra *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885), T. Braga concluiu que os portugueses resultaram da mistura de vários grupos e tal era um exemplo de superioridade. Por seu turno, tanto para Antero de Quental, como para Oliveira Martins, “a nação portuguesa, destituída de uma base étnica individualizada”, resultou da “vontade política e das instituições e não de uma raça entendida como um tipo nacional” (Matos 1998: 329). Já Leite de Vasconcelos (1858-1941) reconheceu que os portugueses resultaram da mistura de vários povos e, inclusivamente, algumas zonas do país, como Alcácer do Sal, tinham uma influência africana evidente (Vasconcelos 1895). Outros, como Alexandre Herculano (1810-1847) na sua *História de Portugal*, reconheceram a influência árabe.

Nos inícios do século XX, o médico e antropólogo Mendes Corrêa, num texto de 1914-1915, reconhece os “traços flagrantes” deixados pelo germano, minora a influência dos semitas e não se refere a uma possível influência dos habitantes da África

sub-sahariana. Nessa mesma altura, os integralistas lusitanos, como António Sardinha (1887-1925) em *O valor da raça* (1915), nem a existência de sangue árabe consideravam. Foi neste contexto também que, no sentido de salvar a população portuguesa e manter genuinidade do carácter dos portugueses, começaram a surgir propostas de medidas de higiene, assistência social, promoção e proibição de casamentos. Por outro lado, sentiu-se a necessidade de realçar a hegemonia de uma nação colonial afastando elementos que pudessem sugerir degenerescência ou hibridação.

Em 1927, M. Corrêa intervém no Congresso Nacional de Medicina defendendo que o desfalque humano suscitado pela emigração, assim como pela mortalidade, pela tuberculose e pela ilegitimidade das crianças conduzia à necessidade de tomar medidas eugénicas. Nesse sentido referiu que era “urgente (...) pôr em prática (...) os princípios racionais de eugénica positiva (favorecendo a procriação sã), da eugénica negativa (combatendo a procriação mórbida) e da eugénica preventiva (combatendo os factores degenerativos)” (Corrêa 1928: 1-7). M. Corrêa estava ainda preocupado com o facto de que, entre 1915 e 1921, mais de 50% dos homens sujeitos às inspecções para o recrutamento militar não foram apurados por falta de robustez física, altura ou saúde, ou devido a deformidades físicas (Corrêa 1928). Para M. Corrêa, a inaptidão bio-social era um fenómeno constitucional-germinal e, portanto, hereditário, não sendo pois muito eficazes os meios higienistas.

Na I Semana Portuguesa de Higiene, em 1931, M. Corrêa propôs a criação de um “arquivo genealógico dos doentes” que veio a ser “posto em prática, cinco anos depois, na Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina de Lisboa” (Pimentel 1998: 22). No ano seguinte (1932) é convidado para organizar a secção do Porto da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos e, nesse mesmo ano, convida Renato Kehl, presidente da organização brasileira de eugenia, para uma conferência no Porto, na qual o eugenista brasileiro condenou a mestiçagem (*idem, ibidem*).

Em 1933, o médico e antropólogo Eusébio Tamagnini⁶ apresenta a proposta para a criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos⁷, cujos estatutos foram

⁶ E. Tamagnini foi ministro do governo de Salazar, de 23-10-1934 a 18-1-1936, professor de Antropologia, na Universidade de Coimbra, e realizou estudos que ilustram o seu interesse pela “raça”.

⁷ Em termos comparativos, podemos referir a criação da Sociedade Alemã para a Higiene Racial (1905), a Sociedade para a Educação Eugénica na Inglaterra (1907), a Sociedade Eugénica Francesa (1912) e a

aprovados em 1934. Esta Sociedade, criada em Coimbra em 1937, tinha a intenção de propagandear ideias de “valorização demográfica” e responder à “necessidade de se criar uma geração mais forte”. Foi inaugurada durante as Comemorações Centenárias da Universidade de Coimbra, com a presença⁸ de representantes de vários países⁹ e esteve em actividade até 1974. Mas já anteriormente, na lição inaugural da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1934-35, Tamagnini analisa a importância do estudo da população e destaca as medidas eugénicas já tomadas pela Alemanha:

Podem discutir-se pormenores, pode discordar-se de certos processos, mas o que ninguém pode contestar é a seguinte afirmação do Hitler: ‘Numa época em que as raças se estão intoxicando a si próprias, o Estado que devote os seus cuidados aos seus melhores elementos étnicos dominará um dia o Mundo’ (1934-35: 28).

Por seu turno, Bissaya-Barreto, mentor de várias estruturas de apoio às crianças, os “homens de amanhã”, que segundo ele permitiriam a continuidade dos valores da “nação” e da “raça”, defendeu em 1940, no discurso para as festas comemorativas da cidade de Coimbra, que:

As Nações novas e as velhas como a Nossa, de tão brilhante Passado, necessitam (...) de desenvolver tôdas as fôrças e riquezas com que a Natureza as dotou, para que possam manter o seu lugar ou conquistar melhor lugar na hierarquia dos Povos” (e isso só é possível) “aumentando a nossa população, educando-a, instruindo-a, desenvolvendo a nossa raça, aperfeiçoando-a, tornando-a vigorosa e forte, combatendo tanto quanto possível, as variadas causas do seu enfraquecimento¹⁰ (1940: 6).

Em Portugal, a via higienista (apoiada pelas descobertas da química, medicina e farmácia) acabaria por prevalecer à via eugenista, embora as duas pudessem coexistir. Outro elemento interessante é que as discussões acerca da eugenia passaram a juntar aos argumentos biológicos, os elementos sociológicos, psicológicos e até jurídicos, no que

Sociedade Eugénica Americana (1921) que veio a aconselhar a esterilização de um décimo da população americana para evitar o “suicídio da raça branca”.

⁸ A maioria dos presentes era constituída por professores da Faculdade de Medicina de Coimbra, como Bissaya-Barreto, Rocha Brito, Anselmo Ferraz de Carvalho ou Elísio de Moura. Do Porto e Lisboa, onde as secções da sociedade eram dirigidas por M. Corrêa e H. Vilhena, respectivamente, participaram os médicos Joaquim Pires de Lima, João de Almeida (brigadeiro-médico) e Sobral Cid.

⁹ Entre os quais o alemão Eugen Fischer, director do Instituto de Antropologia de Kaiser Wilhelm de Berlim (*Diário de Coimbra*, 10-12-1937).

¹⁰ Estes pressupostos eram comuns aos defendidos pela Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos. Embora não fazendo parte desta sociedade, Bissaya-Barreto esteve presente na sua inauguração.

diz respeito à regulamentação de casamentos e divórcios proposta por alguns médicos e à consequente necessidade de actualizar o Código Civil português. No que respeita à esterilização, houve em Portugal um certo consenso em a reprová-la. Apenas Egas Moniz, Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia (1949), propôs a esterilização para eliminar a hereditariedade mórbida, uma medida no entanto restrita a casos clínicos mais especiais (Pereira 1999: 588).

Entre os grandes defensores da eugenia estiveram vários psiquiatras e pessoas de distintos quadrantes políticos: ex-nacionais-sindicalistas (E. Tamagnini, João de Almeida), membros do Partido Evolucionista (Bissaya-Barreto), conservadores republicanos (Júlio Dantas), membros da União Nacional e opositores ao regime (como Álvaro Cunhal, que defendeu em 1940 a despenalização do aborto¹¹). Por outro lado, encontram-se apologistas da eugenia com diferentes posturas relativamente à religião: católicos, agnósticos e ateus (Pimentel 1998). Os católicos defenderam a eugenia “embora aprovassem medidas natalistas de aumento da população e condenassem as medidas limitativas da natalidade” (*idem*, p. 26). De facto, a Igreja foi-se mantendo vigilante no que diz respeito a uma excessiva intervenção do Estado no domínio privado e familiar, procurando assim impedir os excessos “negativos” da eugenia.

Em Portugal registou-se então a persistência dos valores humanistas, em parte devido à influência cristã, e especificamente católica, com a intervenção da Igreja no Estado. Sendo assim, os princípios da eugenia não foram levados até às últimas consequências e não se registou no país a ocorrência de extermínio ou genocídio, como sabemos que aconteceu nos EUA e na Alemanha, ou de esterilização como sucedeu na Suécia.

3. Higiene racial e questão colonial

Na primeira metade do século XX, estas discussões acerca do “aperfeiçoamento da raça” estiveram envolvidas também com a questão colonial (Matos 2006) e, por essa

¹¹ A sua tese de licenciatura incidiu sobre “A Realidade Social do Aborto” e defendeu a legalização do aborto.

razão, com a questão da miscigenação¹², envolvendo os meios políticos, por um lado, e os científicos, por outro. Assim, por exemplo, governadores coloniais, como Norton de Matos ou Vicente Ferreira, não eram favoráveis à mestiçagem, embora fossem a favor da “elevação social de pretos e mulatos”, salvaguardando, no entanto, que estes constituíssem “grupos cuidadosamente separados” (Ribeiro 1981: 155).

Já no âmbito científico, por exemplo, no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial de 1934, o médico Germano da Silva Correia criticou o povoamento colonial por condenados, inaceitáveis em “matéria da eugénica interétnica”, por um lado, e defendeu uma política colonial “extremamente humanitária e rasgadamente liberal” para apelar à colaboração dos mestiços, por outro (Correia, G. 1934: 329, 326). No mesmo Congresso, mas com um espírito um pouco diferente, Tamagnini, ao defender o esforço para inculcar nos portugueses o desejo de emigrarem para as colónias e aí se fixarem definitivamente, alertou para os perigos da mestiçagem, referindo que esta era “um risco para tôdas as sociedades humanas, desde a Família até ao Estado” (1934: 63).

Contemporaneamente a Tamagnini, podemos encontrar em M. Corrêa propósitos muito idênticos. No Congresso de Antropologia Colonial (1934), este autor chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento de estudos sobre os “problemas biológicos e sociais do mestiçamento” cuja “intensidade angustiosa e dramática” deveria preocupar os investigadores, pois foram esquecidos desde os “tempos dourados em que o grande Afonso de Albuquerque favorecia o cruzamento de portugueses com as mulheres indígenas”. Este médico não apoiava a mestiçagem, uma vez que um mestiço era “um sêr imprevisito no plano do mundo” (1934: 332). Nas Comemorações de 1940, no discurso da Sessão Inaugural do Congresso Nacional de Ciências da População, refere a importância do “vigor” e da “pureza germinal da Raça” para a “continuidade histórica da Nação” (1940c: 20). Numa outra comunicação apresentada ao Congresso Colonial, enfatiza a sua linha de pensamento quanto à mestiçagem, defendendo que: “de um mestiçamento não se pode esperar uma nova linha racial pura” (1940b). Apela ainda à “conveniência nacional de restringir os cruzamentos raciais” e termina referindo que: “nunca eles (os mestiços) deverão, como não devem os estrangeiros naturalizados, exercer postos superiores da política geral do país, salvo (...) em casos (...) muito excepcionais e improváveis” (1940b). Na sua apresentação integrada no Congresso

¹² A questão da mistura racial não era única de Portugal. Ela foi debatida em alguns países da América Latina, como o próprio Brasil, e ainda o México, o Peru, a Argentina e a Venezuela.

Nacional de Ciências da População, M. Corrêa debruça-se sobre os “Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate” e anuncia o mestiçamento como “possível factor degenerativo”. Contudo, o que este autor acaba por destacar é a imprevisibilidade do mestiçamento (1940b) e não a sua fundamentação científica. Dito de outra forma, o mestiçamento levaria à diluição de caracteres (1940b), mas a questão de o factor degenerativo surgir era apenas uma possibilidade (1940a).

Ainda no âmbito daqueles congressos de 1940, no Congresso Colonial, Gonçalo de Santa-Rita (1891-1967), professor na então Escola Superior Colonial, aborda questões como o contacto da “raça portuguesa” com as “raças indígenas” e o contacto das “raças” nas colónias portuguesas e revela-se também contrário à existência de “mestiços” (1940: 20-21). Quatro anos mais tarde (1944), numa Comunicação apresentada à 22.^a Sub-Secção do II Congresso da União Nacional, em Lisboa, Mendes Corrêa sustenta que:

1.º Deve dar-se aos mestiços do nosso Império um tratamento carinhoso, humano, fraterno, procurando melhorar a situação daqueles que, porventura, foram desfavorecidos por más condições sociais e educativas e promover, tanto quanto possível, a sua colaboração com os mais prestimosos valores nacionais; 2.º Não deve considerar-se o mestiçamento em larga escala como base da nossa política colonial, pois isso implicaria a destruição dum património germinal, que é a maior garantia da continuidade histórica da Pátria; 3.º O mestiçamento em áreas de difícil aclimação dos europeus ou por virtude da escassez dos colonos provenientes da metrópole, é, no entanto, um recurso a adoptar para exploração dalguns territórios (...); 4.º Em tal caso deve procurar-se, dentro do possível, uma selecção eugénica dos progenitores (...) (1944: 3-4).

A mestiçagem era vista como uma ameaça, pois poderia conduzir à dissolução de caracteres específicos dos portugueses, cuja existência vários autores tinham tentado demonstrar desde o século XIX. Porém, a posição destes autores, embora influente, não representa todos os discursos da época. Havia alguns que contrastavam com estes, sobretudo mais tarde, após a apropriação das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre.

Curiosamente, é nesta mesma altura, a par das considerações contrárias à miscigenação, que assistimos à produção de trabalhos visando provar a pureza do povo português. No âmbito das Conferências de Alta Cultura Colonial (1936), Sampaio e Mello, professor da Escola Superior Colonial, defende que os portugueses em contacto com outras populações se manteriam sempre portugueses e um bom exemplo disso era o

Brasil (1936: 52). Por seu turno, num texto sobre o índice nasal dos portugueses, Tamagnini (1939) procurou demonstrar que os narizes dos portugueses eram muito diferentes e não tinham qualquer influência dos narizes dos africanos. Por ocasião do Congresso Nacional de Ciências da População (1940), o médico Joaquim Pires de Lima defendeu que os portugueses resultavam da síntese entre os elementos lusitano, românico e germânico, negando outras influências (1940: 99). No âmbito deste mesmo congresso, Aires de Azevedo apresenta um trabalho no qual conclui que “a influência das raças coloniais (nomeadamente Hindu e Negra) na pureza bioquímica do povo português, é praticamente nula” (1940: 563). Ainda no âmbito dos congressos de 1940 foi apresentado um estudo sobre as populações indo-portuguesas. O seu autor, Germano da Silva Correia refere que “não ocorreu nem degenerescência, nem diversificação rácica na grei Luso-descendente, domiciliada há mais de dois séculos nesta Colónia” e que a única diferença resultante do clima tropical é “o menor grau de robustez orgânica” (1940: 663-678).

4. Histórias de miscigenação na colonização portuguesa

Apesar do que foi dito atrás, na história da colonização portuguesa, houve quem tenha defendido uma política de casamento misto, como é o caso de Afonso de Albuquerque¹³, vice-rei da Índia, que encorajou os seus homens a casar com as mulheres de origem ariana convertidas ao cristianismo, embora tenha enfatizado não querer que estes “casassem com as ‘mulheres negras’ de Malabar” (Boxer 1967: 98-9). Várias vezes foram lembradas as iniciativas de Albuquerque na Índia no que disse respeito à colonização. As suas ideias de política colonial, postas em prática no início do século XVI, foram mesmo consideradas inspiradoras e precursoras das ideias que se quiseram pôr em prática nos territórios coloniais depois dos anos 40 do século XX. Porém, tal processo não terá sido pacífico. A sensação de estranheza do colono quando chegava aos territórios ultramarinos e tinha um primeiro contacto com as suas

¹³ Aqui o processo de colonização ocorreu de um modo diferente do que aconteceu em África. Quando os portugueses chegaram à Índia encontraram impérios imponentes, houve gente que ascendeu à nobreza, a Escola Médica de Goa era muito organizada, etc. Os hindus impressionaram pelo seu desenvolvimento e organização social. Embora a sua religião fosse diferente, o seu desenvolvimento social e cultural era considerado superior ao dos africanos.

populações autóctones, pode ser descrita como um “choque cultural”, embora depois houvesse uma adaptação, como nos referiu, em entrevista, um ex-funcionário administrativo nos anos 30 em Angola:

J: - Sucedeu-me isso, quer dizer, o próprio soba não perceber como é que um monaqueca (rapaz novo) podia viver sem mulher, mas o administrador onde eu estava, dizia: ‘- Não senhor, você ou tem uma ou não pode ter muitas’. E eu disse: ‘Ó senhor administrador, eu não tenho nenhuma, eu não quero, eu não me relaciono com pretas!’ (...) Eu tinha 18, 17 anos quando fui daqui, rapaz, e eu chegava lá e ver uma preta nua não me impressionava nada, aquilo para mim era um bicho; mais tarde já não era... É uma questão de costume, de adaptação ao ambiente.

De facto, é relativamente comum considerar-se que os portugueses não estabeleciam barreiras raciais nas suas colónias e que a sua fácil miscigenação com outros povos lhes daria uma certa especificidade (Boxer 1967: 35). Esta ideia parece ser predecessora da ideologia “lusso-tropicalista” cujos fundamentos começam a ser lançados, em 1933, na obra *Casa Grande & Senzala* do já referido Gilberto Freyre (1957 [1933]), um discípulo de Franz Boas. Na obra citada, G. Freyre destaca a predisposição dos portugueses para o contacto fraterno com as populações tropicais, devido ao seu passado étnico e cultural de “povo” indefinido entre a Europa e a África¹⁴. Todavia, a obra de Freyre não teve receptividade em Portugal na década de 30. O “renascimento do império” estava imbuído de ideias raciais e, como tal, não havia lugar para a visão culturalista de Freyre ou para o elogio do mestiço (Castelo 1998).

5. Reformulações trazidas pelo pós-guerra

Embora a recepção inicial da teoria gilbertiana em Portugal tenha sido heterogénea e não lhe tenha sido dado um grande destaque nos anos 30 e 40, é sobretudo no período pós-Segunda Guerra, que se verifica uma mudança na atitude dos

¹⁴ Para um maior desenvolvimento sobre este assunto, *vide* Andrews (1991) e Castelo (1998).

políticos do regime face à ideologia de Freyre, embora ela nunca tenha sido apoiada oficialmente (Castelo 1998). Como resultado das pressões anti-coloniais, numa altura em que os países europeus já tinham concedido a independência às suas colónias, foi necessário proceder a uma reformulação da postura portuguesa face aos territórios ultramarinos e seus habitantes.

A Constituição de 1951 instituiu o regime de indigenato aos nativos de Angola, Moçambique e Guiné pelo facto de considerar que estes ainda não tinham alcançado “o nível de cultura e o desenvolvimento social dos europeus” como possuíam os de “Cabo Verde, Índia Portuguesa e Macau” (Santos 1955: 159). Ao mesmo tempo, a expressão “colonização” passa a ser substituída gradualmente por “integração”. As ideias discriminatórias do Acto Colonial (criado em 1930) começam a ser abandonadas e o regime adopta a teoria “científica” de Freyre¹⁵, segundo a qual a colonização portuguesa teria sido diferente, uma vez que os portugueses sempre tinham respeitado os valores das populações com as quais se relacionaram e com as quais mantiveram laços de tolerância, harmonia, fraternidade e até de intimidade, criando as chamadas sociedades luso-tropicais.

6. Em conclusão

Escolhi a expressão “oximórons” para o título desta comunicação, porque um oximóron designa uma combinação engenhosa de palavras que, no fundo, se

¹⁵ Mas as concepções luso-tropicalistas de Gilberto Freyre receberam críticas. Ainda hoje, é muito difícil para muitos acreditar na teoria luso-tropicalista. A discriminação racial e as duras práticas administrativas coloniais existiam e persistiam. No caso de Jorge Dias, por exemplo, só a visita ao “terreno” lhe concedeu uma visão crítica diferente das visões luso-tropicalistas que o regime apropriou. Em 1959, num Relatório de Campanha (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana), este autor, um pouco inesperadamente, e até ousadamente, declarava que: “nós continuamos a ouvir sempre repetir que os indígenas gostam mais dos portugueses que dos ingleses, porque os tratamos com mais humanidade e nos interessamos pela vida deles. E esta história vai-se repetindo, como certos erros que passam de uns manuais para os outros, porque os autores em vez de procurarem verificar a exactidão das afirmações, acham mais cómodo repetir aquilo que os outros disseram” (Dias e Guerreiro 1960: 21).

contradizem entre si. No âmbito do contexto nacional e colonial português analisado, encontrámos algumas dessas combinações.

Portugal, um país pequeno, cujos recursos não abundavam, era dado a ver como um país grande, imperial, com territórios espalhados por todo o mundo. Os oximórons podem surgir também, por exemplo, num contexto no qual à partida concebemos o Estado e a Igreja como separados, mas depois assistimos ao entrecruzar dos discursos políticos com os discursos da Igreja, e à influência da Igreja no próprio Estado, e constatamos que alguns discursos científicos afinal estão imbuídos de discursos também eles políticos e até de teor religioso.

Um outro oximóron resulta da promoção da ideia de “pureza racial” dos portugueses e da argumentação simultânea de que os portugueses descendiam de vários povos (ao longo de séculos), mas todos eles tinham características particulares que se tinham mantido inalteráveis. Ou seja, apesar da ascendência diversa dos portugueses, essa mistura nem sempre foi reconhecida e alguns autores procuraram provar a sua “pureza racial”. Outros consideravam que mesmo cruzando-se com outros povos, nunca perderiam a sua essência individual que os caracterizaria. No âmbito do contexto colonial, o processo de assimilação das populações autóctones dos territórios ultramarinos não parecia diluir a originalidade portuguesa, pois o potencial eugénico dos portugueses permitia que essa originalidade se mantivesse mesmo em contacto com populações “exóticas”. Curiosamente, nos séculos anteriores, a atribuição de um título nobiliárquico em Portugal, por exemplo, só era concedida se o indivíduo provasse que nunca tinha passado por África e, portanto, não tinha tido quaisquer relações com negros.

Faz sentido também falar em oximóron quando nos estamos a referir ao texto da Constituição de 1951 que se refere ao processo de assimilar os nativos dos territórios sob administração portuguesa, tendo o “estatuto” de “indígenas”, que não permitia o acesso à cidadania da maioria da população das colónias africanas, perdurado ainda até 1954.

Por outro lado, estamos perante um oximóron quando nos lembramos da defesa das teses luso-tropicalistas aplicadas à caracterização da colonização portuguesa. Hoje, a ideia do luso-tropicalismo, há muito alvo de descrédito científico, e tendo sobrevivido ao período pós-independência das ex-colónias portuguesas, parece coadunar-se,

segundo alguns historiadores como Valentim Alexandre (2000) e Cláudia Castelo (1998) e antropólogos como Miguel Vale de Almeida (2000) e Cristiana Bastos (1998), com algumas das ideias acerca do nacionalismo português, da identidade nacional e da adaptação dos portugueses a diferentes territórios.

Quanto à predisposição especial dos portugueses para a adaptabilidade, há autores que ainda recentemente se prenderam com essa questão¹⁶. Contudo, não será também um oximóron a combinação sugerida por alguns entre ideias de “cultura de fronteira” (Boaventura Sousa Santos 1993) e a de que a cultura portuguesa se deixa contaminar pelo que lhe é exterior (Jorge Dias 1990 [1953], B. S. Santos 1993) com a ideia de um “modo de ser português” facilmente identificável e transhistórico?

Como vimos, “as buscas da perfeição ao serviço da nação”, na expressão do nosso subtítulo, emergiram no final do século XIX, atravessaram o período que precedeu o Estado Novo e reavivaram-se com este, atingindo o seu auge durante as décadas de 30 e 40 do século XX. Muitos dos autores que teceram considerações acerca da “raça” e da eugenia tinham currículos que, na altura, não permitiriam levantar qualquer suspeita. O que podemos então esperar dos antropólogos de hoje? Correr-se-á o risco de voltarmos a viver em contextos semelhantes aos aqui descritos, nos quais se discute a superioridade biológica e cultural de uns indivíduos em relação a outros e se propõem medidas científicas e políticas com vista a penetrar nas esferas pessoais e sociais dos indivíduos? Poderemos nós prever isso, dado o contexto que se vive actualmente?

Estando Portugal a transformar-se cada vez mais num país de imigração e de acolhimento para muitos indivíduos poderemos vir a assistir novamente a discussões sobre os possíveis efeitos das misturas biológicas e culturais dos portugueses com outros grupos e, conseqüentemente, sobre o receio da diluição dos caracteres seculares evocados por alguns autores? Inventariar-se-ão diferenças incomparáveis, porque

¹⁶ Boaventura Sousa Santos (1993) caracterizou a cultura portuguesa como uma “cultura de fronteira” e defendeu ideias a propósito da capacidade de adaptação da cultura portuguesa. Essas teses foram inicialmente desenvolvidas por Jorge Dias em *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa* (1990 [1953]) e depois em *O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura* (1971 [1968]). Tanto um autor como outro abordaram a questão da cultura portuguesa se deixar contaminar pelo que lhe é exterior, o que faz dela uma entidade “poliglota”, segundo J. Dias (1990: 156), ou marcada por uma grande “disponibilidade multicultural”, segundo Sousa Santos. Como referiu João Leal, “volvido quase meio século sobre a sua publicação”, *Os Elementos Fundamentais...*, e outras obras (acrescentamos nós), “continuam a projectar a sua sombra nas discussões contemporâneas acerca do que é ser português” (2000: 103).

distintas e distantes, ou será que é porque existem semelhanças que se poderão facilmente continuar a compará-los? Por outras palavras, não será apenas onde existem *afinidades* que podemos encontrar *diferenças*?

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim, 2000, “O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)”, em VALA, Jorge (Coord.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta, 133-144.

ANDREWS, George Reid, 1991, *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, The University of Wisconsin Press.

AZEVEDO, Aires de, 1940, “A pureza bioquímica do Povo Português”, em *Congresso Nacional de Ciências da População*, Tomo 1.º, II Secção. Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, 551-564.

BASTOS, Cristiana, 1998, “Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre”, *Análise Social*, 33 (146-147), 415-432.

BISSAYA-BARRETO, Fernando, 1940, “Festas comemorativas dos Centenários e da Rainha Santa”, *A Saúde. Mais vale prevenir do que remediar. Jornal popular, bi-mensal de Higiene e Profilaxia Sociais*, Ano X (229 e 230), 4-7.

BOXER, Charles, 1967, *Relações Raciais no Império Colonial Português. 1415-1825*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

BRAGA, Teófilo, 1985-1986 [1885], *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa, Dom Quixote, 1.ª ed.

CASTELO, Cláudia, 1998, *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto, Afrontamento.

CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva, 1940, “Antropologia na Índia portuguesa”, em *Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa*, VIII Congresso, Tomo 1.º, II Secção, 1.ª Parte. Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, 663-678.

CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva, 1934, “Os Eurafricanos de Angola”, em *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Volume I. Porto, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 300-330.

CORRÊA, Mendes, 1944, “O mestiçamento nas colónias portuguesas”, em *Sep. de África Médica*, Nº 12, Dezembro de 1944. Porto, Costa Carregal.

CORRÊA, Mendes, 1940a, “Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate”, em *Congresso Nacional de Ciências da População*, Tomo 1.º, II Secção. Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, 577-589.

CORRÊA, Mendes, 1940b, “O mestiçamento nas colónias portuguesas”, em *Congressos do Mundo Português*, Comemorações portuguesas de 1940, Comunicação apresentada ao IX

Congresso: Congresso Colonial, Tomo 1.º, I Secção. Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, 113-133.

CORRÊA, Mendes 1940c, “Discurso na Sessão Inaugural do Congresso Nacional de Ciências da População”, em *Congresso do Mundo Português*, 1940. Porto, Imprensa Portuguesa.

CORRÊA, Mendes, 1934, “Os mestiços nas colónias portuguesas”, em *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto, Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, 331-349.

CORRÊA, Mendes, 1928, “O problema eugénico em Portugal”, *Sep. do livro Congresso Nacional de Medicina*, Jun. 1927. Porto, Enciclopédia Portuguesa, 1-7.

CORRÊA, Mendes, 1914-15, *Antropologia. Resumo das lições feitas pelo assistente, servindo de professor da cadeira*. Porto, Imprensa Portuguesa.

DARWIN, Charles, 1968 [1859], *A Origem das Espécies*. São Paulo, Hemus.
Diário de Coimbra, 1937, edição de 10-12-1937. Coimbra.

DIAS, A. Jorge, 1990 [1953], “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa”, *Estudos de Antropologia*, Vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 135-157.

DIAS, A. Jorge, 1971 [1968], “O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura”, *Estudos do Carácter Nacional Português*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 35-49.

DIAS, Jorge e Manuel Viegas Guerreiro, 1960, *Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganica e União Sul-Africana). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

FREYRE, Gilberto, 1957 [1933], *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa, Livros do Brasil.

GALTON, Francis, 1979 [1869], *Hereditary genius*. Londres, Lulyan Friedman.

GALTON, Francis, 1883, *Inquires into Human Faculty and its development*. Londres, MacMillan.

HERCULANO, Alexandre, 1916, *História de Portugal*. Lisboa, Edição Aillaud & Bertrand, 7.^a ed.

LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LIMA, J. A. Pires de, 1940, “Influência de Mouros, Judeus e Negros na Etnografia portuguesa”, em *Congresso Nacional de Ciências da População*, Tomo 2.º, III Secção. Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, 63-102.

MATOS, Patrícia Ferraz de, 2006, *As “Côres” do Império. Representações raciais no “Império Colonial Português”*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MATOS, Sérgio Campos, 1998, “A formação de Portugal”, em *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa, Colibri, 313-350.

- MATTOSO, José, 1998, “A morte d’Os Lusíadas”, *História*, Ano XX (2): 8-9.
- MELLO, Lopo Vaz de Sampaio e, 1936, “Da influência da eugenia no fenómeno da colonização e na política do império”, *Boletim Geral das Colónias*, Maio de 1936 (131): 37-69.
- PEREIRA, Ana Leonor, 1999, “Eugenia em Portugal?”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, 531-600.
- PIMENTEL, Irene, 1998, “O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX”, *História*, Ano XX (3): 18-27.
- RIBEIRO, Orlando, 1981, *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SANTA-RITA, José Gonçalo de, 1940, “O contacto das raças nas colónias portuguesas. Seus efeitos políticos e sociais. Legislação portuguesa”, em *Congresso Colonial*, Tomo 2.º, II Secção. Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, 13-70.
- SANTOS, F. Bahia, 1955, *Política Ultramarina de Portugal*. Lisboa, s. ed.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1993, “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 38, 11-39.
- SARDINHA, António, 1915, *O valor da raça: introdução a uma campanha nacional*. Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa.
- SOBRAL, José Manuel, 2004, “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, N.º 171, 255-284.
- TAMAGNINI, Eusébio, 1939, “Les dimensions du nez, l'indice nasal et le prétendu fort métissage négroïde des portugais”, *Congrès Intern. des Scien. Anthropol. et Ethn.* 1. Copenhaga, s.ed., 175-176.
- TAMAGNINI, Eusébio, 1934-35, “Lição inaugural do ano lectivo de 1934-35”, *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. V (1): 28. Coimbra.
- TAMAGNINI, Eusébio, 1934, “Os problemas da mestiçagem”, Conferência Plenária apresentada ao *I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto, Imprensa Portuguesa, 39-63.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel, 2000, *Um mar da cor da terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras, Celta.
- VASCONCELOS, J. Leite de, 1895, “Excursão Archeológica a Alcácer do Sal: uma raça originária de África”, *O Archeologo Português*. I. Lisboa: Imprensa Nacional.